



Político deve anunciar mudança nas próximas horas

Márcio Canella vai ser puxador de votos para a Alerj

A decisão de Márcio Canella de deixar a disputa de uma cadeira no Senado Federal e concorrer a uma vaga de deputado estadual agradou a bancada do União Brasil/Progressistas. Ele deverá anunciar nas próximas horas esta mudança de rumo. Faltam alguns detalhes. Ele não vai desistir do Senado sem a garantia que não vai ser perturbado no seu recuo estratégico. A volta de Canella à Assembleia Legislativa agrada em cheio a federação pela sua capacidade de ser puxador de votos. Entrando na disputa, a legenda poderá fazer mais dois deputados estaduais, no mínimo. Os votos de Canella são um presente para a nominata da federação PP/União, que andava fazendo contas com a possibilidade de até encolher no último pleito. A população de Belford Roxo tem sido solidária ao seu ex-prefeito e vai demonstrar isso nas urnas.

A locomotiva federal

Se Márcio Canella é visto como locomotiva eleitoral para a Alerj, o ex-secretário de Polícia Civil Felipe Curi também é, só que para a bancada federal. Fica cada vez mais remota a hipótese de liberar o seu nome para a corrida por uma cadeira ao Senado. Com o tema segurança na ordem do dia do eleitor, ele tem o que mostrar. A operação do Alemão, com 117 bandidos mortos, foi capitalizada por Curi na mídia.



Ex-secretário da Polícia Civil, Felipe Curi

Segurança é prioridade

Outro candidato que dispara na preferência do eleitor fluminense é o ex-secretário da Polícia Militar, Cel Marcelo Menezes, também protagonista da operação do Alemão. Ele concorre a deputado estadual e vai ser puxador de votos do PL. Segurança Pública é o que vai definir a eleição.

Portinho com Rogéria

O senador Carlos Portinho é, sem dúvida, um homem de sorte. Descartado na primeira rodada da eleição ao Senado, ele volta a ficar forte na disputa, tendo como primeira suplente a ex-vereadora Rogéria Bolsonaro. Este é o novo desenho para o PL na provável desistência de Márcio Canella. A vaga de Cláudio Castro ainda está aberta e a procura de um nome passou a ser prioridade.

Os eleitores de Didê

O IRM - Instituto Rio Metrópole está no foco de uma enorme confusão, só que o seu presidente, Davi Perini Vermelho, o “Didê”, foi eleito por maioria absoluta. Dos 22 prefeitos que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 20 votaram a favor. Apenas as prefeituras de Niterói e Maricá não manifestaram apoio à escolha.

Didê e Rodrigo Maia - I

Entre os laços de Didê, surge a sua amizade com o ex-deputado Rodrigo Maia. Enquanto Maia presidia a Câmara dos Deputados e comandava o DEM no Rio de Janeiro, Didê consolidou seu poder como o vereador mais votado e presidente da Câmara Municipal de São João de Meriti.

Didê e Rodrigo Maia - II

Didê foi o principal articulador político para filiar o então prefeito de São João de Meriti (Dr. João) ao DEM. O evento de filiação foi cancelado pessoalmente por Rodrigo Maia, dentro da Câmara do Município. Durante o período de parceria, Maia destinou milhões de reais em emendas federais para a saúde e projetos em São João de Meriti, a pedido direto de Didê.

Didê e Rodrigo Maia - III

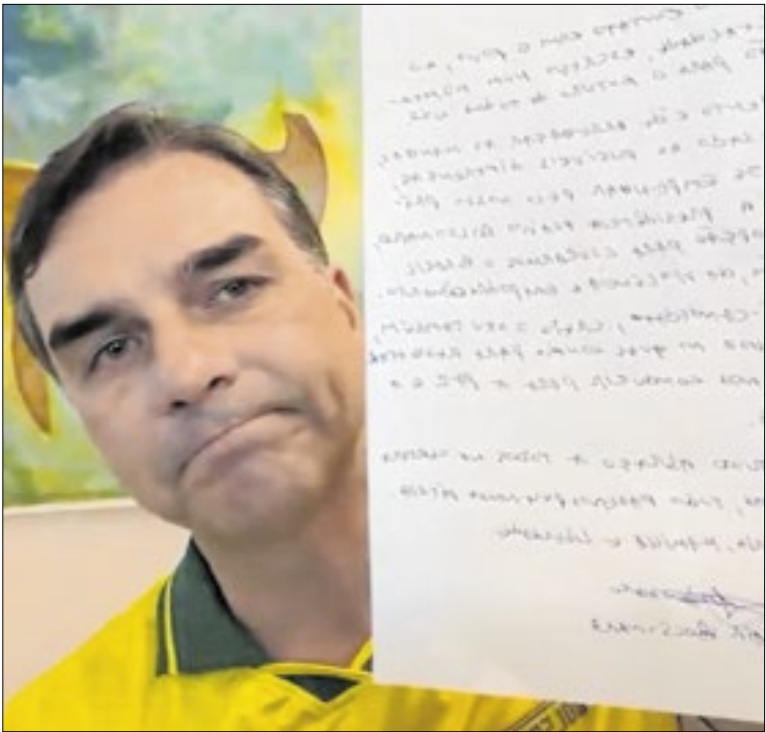
Após o racha político e a consequente expulsão de Rodrigo Maia do DEM em 2021, Didê seguiu a liderança de seu padrinho político. Em março de 2022, quando Maia assumiu o controle do PSDB no Rio de Janeiro, ele convidou Didê para ser o secretário-executivo da legenda no estado, entregando ao aliado o controle operacional da máquina partidária fluminense.

Didê e Rodrigo Maia - IV

A proximidade entre os dois também gerou repercussão em investigações policiais anteriores. Em 2020, quando Didê foi alvo de buscas na Operação Oxigênio (que apurava fraudes em respiradores na pandemia), o forte vínculo de subordinação política e amizade com Rodrigo Maia foi amplamente destacado pela imprensa nacional como o canal de influência de Didê nos palácios de poder.

Cedae turbinou IRM

A turbinada de caixa do Instituto Rio Metrópole ocorreu depois de obter R\$ 522 milhões uma fatia bilionária do leilão da Cedae e, a partir de mudanças na lei em 2023, ganhou o poder de executar obras diretas de asfaltamento e urbanização. Quando houve a eleição, não havia expectativa de caixa para o IRM.



Carta lida gerou reações do ministro do STF

Flávio proibido por Moraes de ver Bolsonaro por 90 dias

Carta lida em live nas redes sociais gerou reações do ministro do STF

Por Beatriz Matos

A carta escrita por Jair Bolsonaro e divulgada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que no fim de semana buscou consolidar o parlamentar como herdeiro político do ex-presidente, acabou produzindo um efeito contrário ao esperado.

Dois dias após a transmissão em que Flávio leu o documento durante uma live, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o senador de visitar o pai por 90 dias, determinou que a defesa esclareça se Bolsonaro sabia que a mensagem seria divulgada nas redes sociais e ainda encaminhou o caso ao Ministério Público Eleitoral (MPE), que deverá analisar eventual propaganda eleitoral antecipada.

Para Moraes, Flávio utilizou o direito de visita para obter um conteúdo destinado à divulgação pública, contrariando a proibição imposta ao ex-presidente de utilizar redes sociais, direta ou indiretamente. Na decisão, o ministro afirma que o senador obteve a carta “com a exclusiva finalidade de divulgá-la nas redes sociais”, caracterizando desvio de finalidade no exercício do direito de visita.

Se a carta buscava consolidar Flávio como sucessor político de Jair Bolsonaro, a decisão de Moraes acaba alterando o cenário construído pelo próprio documento. Para analista político Melillo do Nascimento, o gesto do ex-presidente tinha um significado político mais amplo.

“A carta tinha um objetivo evidente: oficializar a transferência de liderança dentro do bolsonarismo e apresentar Flávio como herdeiro político legítimo. Ao impedir as visitas justamente por 90 dias, Moraes reduz significativamente a possibilidade de novas manifestações públicas do ex-presidente durante a fase mais intensa da campanha eleitoral.”

Além da suspensão das visitas, Moraes deu prazo de 48 horas para que a defesa informe se Jair Bolsonaro tinha conhecimento de que a carta seria publicada por Flávio.

“A principal questão passa a ser saber se Jair Bolsonaro tinha conhecimento e concordava com a divulgação da carta. A autoria do texto não está em discussão. O que ainda precisa ser demonstrado é se havia intenção de utilizá-lo como instrumento para burlar a restrição”, avalia o professor do Ibmec Brasília Eduardo Galvão.